

BARREIRAS DE ACESSO AO CRÉDITO: uma análise a partir da rede bancária em Santana do Livramento/RS

CREDIT ACCESS BARRIERS: an analysis from the banking network in Santana do Livramento / RS

BARRERAS DE ACCESO AL CRÉDITO: un análisis a partir de la red bancaria en Santana do Livramento / RS

Recebido em: 09/04/2017

Aprovado em: 16/04/2017

Avaliado pelo sistema double blind review

Editoria Científica: Carolina Freddo Fleck

Mari Cristina Cordeiro da Silva – UNIPAMPA (cristina_motorama@hotmail.com)

Mauro Barcellos Sopena – UNIPAMPA

Vanessa Rabelo Dutra - UNIPAMPA

RESUMO

O trabalho destaca a importância da administração financeira na gestão das MPEs (micro e pequenas empresas) que buscam crédito bancário. Em linhas gerais, verifica a relação entre a demanda por recursos financeiros e as dificuldades ou barreiras enfrentadas pelas firmas. A fonte de dados primários tem origem na rede bancária e, sob este ponto de vista particular, verifica os motivos pelos quais os bancos não concedem empréstimos empresariais. A pesquisa utilizou como método de coleta destes dados o questionário semi-estruturado. Os resultados demonstram que, na maioria dos casos, a informalidade e a falta de conhecimentos financeiros dificultam o processo e impedem que os micros e pequenos empresários obtenham os recursos ofertados pelos bancos.

Palavras chaves: crédito; MPEs; administração financeira.

ABSTRACT

The work highlights the importance of financial management in the management of MPEs (micro and small enterprises) seeking bank credit. In general, assesses the relationship between the demand for financial resources and barriers faced by firms. The primary source of data comes from the banking system and, in this particular point of view, check the reasons why banks do not provide loans business. The results show that, in most cases, informality and lack of expertise financial complicates the process and prevents the business to obtain the resources offered by banks.

Key Words: credit; MPEs; financial administration.

RESUMEN

El trabajo destaca la importancia de la administración financiera en la gestión de las MPEs (micro y pequeñas empresas) que buscan crédito bancario. En líneas generales, verifica la relación entre la demanda de recursos financieros y las dificultades o barreras enfrentadas por las firmas. La fuente de datos primarios tiene su origen en la red bancaria y, desde este punto de vista particular, comprueba los

motivos por los que los bancos no conceden préstamos empresariales. La investigación utilizó como método de recolección de estos datos el cuestionario semiestructurado. Los resultados demuestran que, en la mayoría de los casos, la informalidad y la falta de conocimientos financieros dificultan el proceso e impiden que los micro y pequeños empresarios obtengan los recursos ofrecidos por los bancos.

Palabras claves: crédito; MPEs; administración Financiera.

1. Introdução

A importância das micro e pequenas empresas (MPEs) para a economia brasileira, especialmente em termos de renda e emprego, é um argumento recorrente na análise de dados conjunturais, sendo assim, desnecessário discorrer sobre a participação deste setor no crescimento econômico. De outro lado, as MPEs carecem com frequência de estímulos ou subsídios para se manterem no mercado. Assim como em outros segmentos econômicos, as MPEs demandam recursos financeiros como forma de atingir seus objetivos empresariais, sejam eles de curto ou médio prazos. Muitos destes recursos são ofertados pela rede bancária e sua realização está subordinada a diferentes fatores determinantes. A relevância do tema proposto consiste em investigar quais são os fatores determinantes da obtenção de crédito destacando a percepção do ofertante sobre as barreiras existentes na rede bancária de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. O município situa-se na região de fronteira do Brasil com o Uruguai, formando com este país, a chamada “Fronteira da Paz”.

A obtenção de recursos financeiros é uma das atribuições exigidas do administrador financeiro, exigindo prévio planejamento, conhecimento da empresa, do meio em que atua e de informações sobre as alternativas de crédito disponíveis. A gestão financeira de qualquer empresa, seja ela de pequeno, médio ou grande porte, necessita de atenção especial para obter um bom desempenho, e a falta de conhecimentos financeiros apropriados conduz a uma gestão puramente empírica e desprovida de viabilidade financeira nos negócios.

Este estudo trata destas questões procurando determinar, por meio de pesquisa exploratória e de caráter qualitativo, as barreiras de acesso ao crédito enfrentadas pelas MPEs no município de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. Utiliza-se como técnica de levantamento entrevistas semi-estruturadas e análise interpretativa dos resultados apurados entre os agentes bancários.

O trabalho apresenta, além desta introdução, uma discussão teórica sobre a importância da administração financeira, as etapas metodológicas do trabalho, a análise dos dados coletados e, por fim, as considerações finais.

2. Administração de Recursos Financeiros

A gestão financeira de uma organização é tarefa do administrador financeiro. Como executivo, é responsável pela tomada de decisões nas áreas de investimento, financiamento, e utilização do lucro líquido, bem como a obtenção de recursos financeiros e a análise da utilização desses recursos pela empresa (SANVICENTE, 2008). Conforme Padoveze (2011), a decisão de financiamento é a segunda decisão mais importante a ser tomada pelo administrador financeiro, uma vez que, toda decisão de investimento requer uma de financiamento de igual montante. Ao buscar recursos financeiros, o administrador financeiro ou o empresário utilizam conhecimentos, planejamento, habilidades técnicas e humanas para identificar alternativas disponíveis no mercado. Entre estas alternativas, está o crédito oferecido pela rede bancária. Ao considerar esta opção, o administrador financeiro/empresário deve conhecer as exigências estabelecidas pelos agentes financiadores (bancos de varejo principalmente) e os juros praticados pelos mesmos que, muitas vezes, podem resultar em barreiras que dificultam a tomada do empréstimo.

A administração do capital de giro é uma das importantes atribuições do administrador financeiro e, de acordo com Assaf Neto (2009), refere-se aos recursos de curto prazo (correntes) de uma empresa, normalmente conhecidos como aqueles com capacidade de serem transformados em caixa no prazo máximo de um ano. Conceituando de forma mais ampla, o capital de giro representa os recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais. A administração do capital de giro diz respeito à administração das contas dos elementos de giro, ou seja, dos ativos e passivos circulantes.

Desde os estudos de Keynes (1936), já se estudam as vantagens de se ter balanços líquidos, pois estes permitem que a empresa invista em projetos valiosos à medida que esses surgirem. A primeira vantagem é que a empresa economiza custos de transação para levantar fundos e não tem que liquidar ativos para fazer pagamentos. A segunda é que a empresa pode usar os ativos líquidos para financiar suas atividades e investimentos, se outras fontes de financiamento não estão disponíveis ou são excessivamente caras à empresa. Por outro lado, caso a empresa detenha acesso irrestrito a financiamento externo, ela não precisará poupar para realizar investimentos e a liquidez deixará de ser relevante.

Para elucidar a questão das reservas de caixa, estudos como de (Opler *et al*, 1999) foram conduzidos para identificar os determinantes e as implicações das reservas de

caixa das empresas. Assim, a empresa estará contando com o capital de terceiros, além do capital próprio.

A administração do capital de giro é uma tarefa de extrema importância no gerenciamento financeiro, pois é ele que indica qual o valor dos recursos financeiros disponíveis para a empresa movimentar seus negócios. Para tal, é necessário que as contas do ativo circulante sejam suficientes para cobrir o passivo circulante com certa folga. A essa folga financeira dá-se o nome de capital circulante líquido (CCL) (NETO, 2009). Importa entender que [...] por melhores que sejam as condições do planejamento e do processo de gestão operacional, a realidade dos negócios carrega dentro de si imperfeições, naturais da conjuntura econômica, que afetam o valor da necessidade de capital de giro. Essas condições naturais de mercados imperfeitos imprimem alguma sazonalidade nas necessidades de capital de giro (PADOVEZE, 2011, p 208).

Na acepção de Megliorini e Vallim (2009) a articulação ideal da relação entre ativos e passivos circulantes assegura à empresa capacidade de liquidez. Os índices de liquidez mostram a base da situação financeira da empresa, porém, como estes índices não são extraídos do fluxo de caixa, não correspondem diretamente à capacidade de pagamento das dívidas e obrigações da empresa. Dentro deste contexto, altos índices de liquidez não garantem sozinhos a saúde financeira da empresa, já que esta depende de outras variáveis, como uma administração adequada de disponibilidades, prazos de pagamento, políticas de estocagem, entre outros. Uma das alternativas de financiamento do CCL, apresentadas por Neto e Silva (2009), ocorre através da participação de recursos de longo prazo; alternativa apresentada pelos autores como menos arriscada. Entretanto, a utilização desta estrutura de financiamento é dependente das condições de crédito de longo prazo. A rede bancária oferece linhas de crédito específicas para MPEs que apresentem insuficiência de liquidez corrente em suas contas. Em contrapartida, em algumas modalidades, a aprovação do crédito está sujeita a análise e a apresentação de garantias como fianças, saldo médio, garantias pessoais, penhor e outras.

Na execução de suas tarefas, o administrador financeiro deve servir-se de informações financeiras que forneçam suporte na tomada de decisões. A contabilidade gerencial vem ao encontro da administração financeira quando a supre com informações relevantes e oportunas que serão utilizadas pela administração nos processos de planejamento, avaliação e controle e para garantir e contabilizar o uso adequado dos recursos da empresa. Dessa forma, a contabilidade (com suas contribuições e demonstrações contábeis) é mais uma ferramenta gerencial para a administração. As demonstrações financeiras ou contábeis exprimem a situação do patrimônio da empresa e suas variações ocorridas no exercício social. A Lei nº 11.638/07 ratificou as principais demonstrações utilizadas pelos administradores: a) Balanço Patrimonial, b) Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados; c) Demonstração do Resultado do

Exercício; d) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e) Demonstração do Valor Adicionado (se companhia aberta) e ainda; f) Notas explicativas.

Meghiorini e Vallim (2009) ressaltam que a análise das demonstrações contábeis proporciona o exame da situação atual e da evolução da empresa no tocante a situação financeira e econômica. Bulgavoc (2006) complementa afirmando que o planejamento financeiro é o que mais se utiliza das informações contábeis gerenciais. Sua missão é converter as ações estratégicas, táticas e operacionais em valores monetários utilizados tanto para a aplicação como a geração de recursos (BULGACOV, 2006).

O aumento da competitividade, maior facilidade de acesso às informações e mudanças de costumes e hábitos na sociedade são fatores que têm contribuído de forma significativa na maneira de gerir os negócios e finanças das empresas. Tais eventos marcam sobremaneira o desenvolvimento e a perenidade das MPEs. Nesse ambiente macroeconômico, com pesadas cargas tributárias, elevadas taxas de juros e dificuldades de acesso às linhas de financiamento, as MPEs têm a difícil missão de conquistar e manter mercados e garantir recursos para cobrir suas obrigações.

A inexistência de um planejamento adequado, a falta de capital de giro e de organização financeira são alguns fatores limitantes ao desenvolvimento das MPEs e, muitas vezes, têm contribuído para a mortalidade das MPEs no país. No Brasil, dados do SEBRAE (2010), comprovam que aproximadamente 30% das micro e pequenas empresas fecham em seu primeiro ano, pois os problemas da falta de gestão financeira levam estas empresas a falência e fechamento. Tendo em vista que as empresas que chegam à falência geralmente apresentam um histórico de graus elevados de endividamento, baixa liquidez e baixa rentabilidade, é essencial que os administradores tenham conhecimento sobre a saúde econômico-financeiro da empresa.

As funções financeiras de curto prazo (administração do capital de giro) são fundamentais para que as MPEs possam “girar” seus negócios e assegurar o pagamento de seus compromissos com fornecedores, salários, tributos, entre outros. A má administração do capital de giro obriga as MPEs, muitas vezes, a buscarem recursos no mercado financeiro por meio de empréstimos para saldar suas obrigações. Estas, em contrapartida, são as fontes de financiamento que só poderão ser determinadas nas decisões financeiras após a análise do contexto risco-retorno.

3. Método

SILVA, Mari Cristina Cordeiro da; SOPEÑA, Mauro Barcellos; DUTRA, Vanessa Rabelo. BARREIRAS DE ACESSO AO CRÉDITO: uma análise a partir da rede bancária em Santana do Livramento/RS. *Revista Estratégia e Desenvolvimento*, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p.103-116, jan. 2017. Semestral.

Este estudo utiliza como base a pesquisa exploratória, ou como também é denominada “pesquisa de base”. De acordo com Collis e Hussey (2005) a abordagem exploratória é utilizada em pesquisas quando há pouco ou nenhum estudo anterior em que seja possível buscar informações a respeito da questão problema. Uma vez que o objetivo deste trabalho é verificar que tipos de barreiras as MPEs enfrentam ao buscar crédito bancário na cidade de Sant’Ana do Livramento/RS, a pesquisa exploratória, pela sua característica de desenvolver e esclarecer ideias, proporciona uma maior compreensão do fenômeno que está sendo investigado.

Quanto à coleta de dados, utilizou-se o procedimento denominado “pesquisa de campo”, cuja característica principal é buscar as informações diretamente na população pesquisada. Para tal empregou-se a técnica de entrevistas semi-estruturadas; baseada em um roteiro preliminar. O roteiro de entrevistas foi composto por 07 questões, sendo 04 questões fechadas, onde se disponibilizou opções de respostas. Três questões abertas completaram o instrumento de pesquisa, onde os respondentes utilizaram suas experiências e conhecimentos particulares para respondê-las.

O grupo de respondentes deste estudo é formado por gerentes gerais, gerentes de contas jurídicas e funcionários das 07 agências da rede de bancária da cidade (bancos públicos e privados), incluindo a cooperativa de crédito existente. Quanto à realização das entrevistas, foram realizadas 12 entrevistas com esses agentes.

4 Análise dos Resultados

Nesta etapa são explorados pontos de maior relevância. Para fins de ordenação, denominaram-se os bancos da rede pública como: Banco A, Banco B e Banco C, e os bancos privados: Banco D, Banco E, Banco F e Banco G.

Quando questionados sobre as opções disponíveis às MPEs que buscam recursos para capital de giro, os Bancos, independentemente de públicos ou privados, apontam a oferta de linha própria para capital de giro como a principal fonte de financiamento, seguida do cheque especial e antecipação de recebíveis. Entretanto, ressalta-se que a busca por linha própria nos bancos públicos são as que apresentam menores taxas de juros.

Verifica-se, no discurso, que produtos como cheque especial e desconto de duplicatas/cheques figuram na lista de produtos/serviços ofertados na maioria dos bancos. Exceção ocorre nos bancos E e F, que afirmam que estes produtos não são os mais procurados. No que tange aos programas de investimentos subsidiados pelo

governo, 4 bancos, dentre eles 2 públicos e 2 privados, informam que o Cartão BNDES é a principal linha de financiamento.

Quando questionados sobre as modalidades mais solicitadas por setor, o Banco A afirma que as empresas de comércio e de serviços são as que mais buscam estes recursos, respectivamente. Exceto para os serviços de antecipação de recebíveis, onde o comércio aparece sozinho como tomador deste recurso. Já para investimentos, mantém-se a ordem acima de comércio, em primeiro lugar e serviços, em segundo, porém, a indústria surge em terceiro lugar utilizando os produtos Cartão BNDES e Finame. Quanto ao Banco B, cabe ressaltar que, semelhante ao Banco A, empresas de comércio e de serviços são as que mais utilizam recursos para capital de giro. Porém, nas opções de investimentos, o setor industrial aparece em 2º lugar, antecedido pelo comércio e o setor de serviços não foi mencionado. No Banco C, constata-se que, igualmente ao que acontece nas outras agências da rede pública, o setor de comércio está em 1º lugar como tomador de recursos para capital de giro, seguido logo após pelo de serviços. Já o setor industrial figura em 2º lugar na busca por investimentos, onde novamente o comércio fica com a primeira posição e o setor de serviços em último.

Verificou-se também que os produtos/serviços ofertados às MPEs são mais limitados, porém, o setor de comércio mantém a liderança, seguido pelo setor de serviços, tanto na busca por capital de giro quanto por investimentos. O Banco E também apresenta opções mais restritas de produtos e serviços; entretanto, oferece uma linha própria para capital de giro de curtíssimo prazo, semelhante às oferecidas pelos bancos A e B da rede pública. Seus clientes de capital de giro e investimentos também são, na grande maioria, empresas de comércio e de serviços. No Banco F, surge pela primeira vez, o setor de serviços em primeiro lugar na busca por recursos de capital de giro, neste caso, na busca pela antecipação de recebíveis. Nas opções de investimentos, novamente o comércio ocupa o primeiro lugar e serviços o segundo. De acordo com afirmações dos respondentes, os clientes do setor industrial possuem pouquíssima participação, fato este que pode ser decorrente da falta de indústrias instaladas na cidade analisada.

Quanto ao Banco G, último banco a ser pesquisado, constatam-se opções disponíveis para capital de giro e investimentos similares às dos bancos públicos. Semelhantes, também, são os tomadores destes serviços/produtos: empresas de comércio e serviços, respectivamente.

Observa-se que o comércio é o principal tomador de recursos para capital de giro. Tal fato pode ser explicado em função de existirem pouquíssimas indústrias instaladas no município, e o comércio, juntamente com o setor de serviços, responderem pela maioria das empresas que buscam linhas de crédito junto aos bancos. Salienta-se, de

acordo com o IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014, comércio e serviços empregaram, em 2011, 81% das pessoas ocupadas em Santana do Livramento.

Após responderem sobre os setores que mais acessam crédito, os gerentes dos bancos enumeraram em suas unidades o setor e o valor médio dos financiamentos solicitados. São eles:

- **Banco A:** R\$ 10.000,00, empresas de comércio e serviços, respectivamente. Tanto para capital de giro quanto investimentos.
- **Banco B:** R\$ 10.000,00, empresas de comércio e serviços para opções de capital de giro. Nas opções de investimentos, os valores médios negociados também giram em torno de R\$ 10.000,00 e o setor industrial ocupa o lugar dos serviços, na segunda posição.
- **Banco C:** R\$ 24.000,00, empresas de comércio e serviços, respectivamente. Tanto para capital de giro quanto investimentos.
- **Banco D:** R\$ 3.000,00 para micro empresas e R\$ 30.000,00 para pequenas. Ambas empresas de comércio e serviços, já que este banco não possui clientes do setor industrial. Valores iguais para capital de giro e investimentos.
- **Banco E:** R\$ 15.000,00, empresas de comércio e serviços, respectivamente. Tanto para capital de giro quanto investimentos.
- **Banco F:** Não souberam/quiseram informar valores negociados na agência.
- **Banco G:** Não souberam/quiseram informar valores negociados na agência.

Ao serem questionados sobre a razão apresentada para a negativa de concessão de empréstimos, os seguintes resultados foram apurados: o Banco A indica a apresentação de projetos inviáveis, enquanto o Banco B afirma que estes motivos estão ligados diretamente ao fato de algumas empresas omitirem seus reais faturamentos ao fisco, o que inviabiliza, no momento de solicitar crédito bancário, a aprovação do mesmo. Entretanto, o Registro no Cadin/Serasa é o motivo que apresentou maior frequência nos discursos como fator de reprovação de crédito. Outros fatores são elencados por cinco bancos, como a insuficiência de garantias ou insuficiência de documentos.

Um dos pontos questionados é quanto aos fatores que facilitam a tomada de novos financiamentos pelas MPEs. Sobre isto, os bancos públicos apontam a redução da burocracia e das taxas de juros. Em contrapartida, os bancos privadas apontam para um resultado diverso, alegando que a redução da burocracia não é um fator a ser considerado, pois não há como reduzi-la. Tal afirmação fica evidente quando um dos gerentes (banco A) afirma: *“burocracia é tudo aquilo o que eles não têm”*, referindo-se a qualquer entrave legal exigido para a formalização de um contrato de crédito.

Um ponto salientado pelos bancos públicos refere-se o tempo em que o cliente possui vínculo com a instituição financeira, ou seja, com contas ativas há mais tempo, têm maiores condições de obter empréstimos e/ou financiamentos.

Na rede privada, o Banco D chama a atenção para a apresentação de garantias e a utilização de recursos próprios como parte do financiamento de veículos, máquinas ou equipamentos. Já o Banco E considera que um bom histórico do cliente junto ao banco é o principal facilitador. O Banco F incorpora condições da rede pública, como o maior tempo de abertura de contas, e da rede privada, analisando o histórico do cliente junto ao banco. O último banco privado a ser pesquisado observa que a apresentação de garantias é um bom facilitador na tomada de empréstimos.

O sétimo questionamento feito aos gerentes, solicitava que os mesmos utilizassem seu conhecimento e experiência como gerente (ou funcionário) do banco, para responder qual seria a principal dificuldade apresentada pelas MPEs locais na busca por créditos bancários. O gerente do Banco A pondera que *“empresas com pouco tempo de abertura de conta têm o limite de crédito reduzido em função do alto risco de inadimplência, já que é considerável o número de empresas que encerram suas atividades antes de completar dois anos de funcionamento”*. Outra dificuldade apontada, que ocorre com frequência, são empresas cujos sócios/proprietários possuem restrições. O Banco B corrobora o ponto de vista anterior ao destacar a falta de profissionalismo na gestão das MPEs. O banco C chama a atenção para a informalidade, afirmando que *“muitas empresas não possuem toda a documentação legal exigida”* e que *“alguns clientes são capazes de “encomendar” declarações e balanços aos contadores para viabilizarem o acesso ao crédito”*. Os quatro bancos privados confirmam as observações dos bancos públicos e incorporam dados como sonegação ao fisco, falta de profissionalismo na gestão, desconhecimento da capacidade de pagamento e desorganização.

Seja para equilibrar o caixa, expandir a atuação ou aquecer os negócios com capital de giro, os micros e pequenos empresários encontram diversas opções de crédito com diferentes finalidades, pagamento facilitado, prazo estendido e tarifas competitivas. Analisando inicialmente as opções para capital de giro na rede bancária pública, observa-se que o cheque especial é citado por todos os respondentes como um dos principais métodos de angariar recursos para giro. Suas taxas mensais variam de 6,39% a 8,49% no período pesquisado. Da mesma forma, a opção desconto de cheques e duplicatas é mencionada por todos. Para este serviço, as taxas praticadas variam de 1,5% a.m a 2,0% a.m. Serviços como antecipação de recebíveis surgem nas respostas do bancos A e C, e possuem taxas de 1,60% a.m e 1,40% a.m respectivamente. Nos bancos A e B trabalha-se também com linhas próprias para capital de giro, porém as taxas caem sensivelmente de 1,95% no banco A para 0,83% no banco B. Também o banco B oferece a opção microcrédito para as MPEs, com taxas mensais de 3,90%.

SILVA, Mari Cristina Cordeiro da; SOPEÑA, Mauro Barcellos; DUTRA, Vanessa Rabelo. BARREIRAS DE ACESSO AO CRÉDITO: uma análise a partir da rede bancária em Santana do Livramento/RS. **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p.103-116, jan. 2017. Semestral.

A rede privada oferece opções semelhantes para giro, com algumas variações de taxas para serviços/produtos iguais, ora para mais, ora para menos. O grande destaque surge no banco G, que disponibiliza também a opção microcrédito para seus clientes, com taxas mensais que variam de 2,33% a 2,75%, e que são menores que as praticadas pelo seu concorrente Banco B da rede pública (3,90% a.m.).

Quando a busca por recursos destina-se a investimentos, a rede bancária pública oferece um conjunto de linhas especiais para crédito subsidiadas pelo governo, como o Proger, o Cartão BNDES e o Finame. Entretanto, alguns bancos privados possuem em seus portfólios, linhas como o Cartão BNDES e o Finame, equiparando-se, desta forma, aos bancos públicos. O mais comum na rede privada são operações de crédito de longo prazo, o *Leasing* e o CDC, o que possibilita às MPEs adquirirem veículos, máquinas ou equipamentos com taxas mensais que variam de 1,52% a 2,5%.

Desta forma, o micro ou pequeno empresário se depara com um leque de opções, entre as quais terá que escolher não só o produto/serviço que melhor atenda às suas necessidades financeiras, bem como o agente financeiro (bancos) que lhe ofereça as melhores taxas e condições de pagamento.

Empiricamente, o micro ou pequeno empresário exerce uma das funções do administrador financeiro de uma organização, que, segundo Hoji (2009) é a tarefa de decidir qual a melhor opção para captação de recursos financeiros para o financiamento dos ativos circulantes e realizáveis a longo prazo, considerando a combinação adequada dos financiamentos a curto e a longo prazos e o custo de capital.

Conforme dados do IBGE Cidades, Sant'Ana do Livramento possui aproximadamente 3.000 empresas atuantes. Grande parte pertence ao setor terciário da economia, que são empresas de serviços e comércio. Estes dados se confirmaram nesta pesquisa, na medida em que são as MPEs de comércio e serviços as que mais utilizam a rede bancária para captar recursos financeiros. Estes negócios movimentam valores médios junto a rede bancária que variam de R\$ 3.000,00 a R\$ 30.000,00. Por sua vez, empresas do setor industrial (secundário) possuem pouca expressão como tomadores de crédito.

Embora estejam disponíveis diversas opções de financiamento com diferentes condições de custo e prazos para facilitar o acesso ao crédito, muitas vezes o banco não pode atender às solicitações das MPEs locais por vários motivos. Na questão 04, foi apresentada aos respondentes uma série de situações que impossibilitam as agências bancárias de conceder os empréstimos solicitados:

- Registro no Cadin/Serasa aparece no discurso de todos os gerentes, ou seja, 7 votos;

- Insuficiência de documentos: 5 votos;
- Insuficiência de garantias reais: 5 votos;
- Projeto Inviável: 4 votos;
- Inadimplência da empresa: 3 votos;
- Falta de recursos próprios: 2 votos;
- Saldo médio insuficiente: 2 votos
- Linhas de crédito fechadas: 1 voto.

Com o desenvolvimento das entrevistas, surgiram novas situações que impedem o acesso ao crédito e que não estavam listadas na questão: Conta Corrente Nova (4 votos); Inexistência de avais ou avais incompatíveis (2 votos); Declarações fiscais que não condizem com a realidade da empresa (2 votos) e Sócios e/ou proprietários com restrições financeiras (1 voto). Observa-se uma característica comum a todos os micros e pequenos empresários da cidade: a falta de planejamento de suas atividades. Esta inexistência de planejamento começa, muitas vezes, na abertura da empresa, em desacordo com os procedimentos contábeis e/ou formais, e que se estende até a carência de um planejamento financeiro propriamente dito, o que acaba por levar a empresa a figurar na lista de devedores do Cadin/Serasa. Em casos mais extremos, ainda devido à falta de planejamento, o encerramento das atividades é o preço pago pelas MPEs. Em contrapartida, esse quadro se reverteria consideravelmente se fossem eliminadas algumas deficiências de gestão empresarial, principalmente a falta de conhecimentos financeiros essenciais de seus administradores (HOJI, 2009).

Na busca de atender aos objetivos deste trabalho, investigaram-se mais minuciosamente quais as principais dificuldades de acesso ao crédito na questão 05, onde se identificou o que poderia facilitar a tomada de empréstimos. Prosseguindo com a análise, apuraram-se os seguintes resultados: *redução da burocracia* é um fator menos favorável, em contrapartida, maior conhecimento foi indicado como altamente favorável no momento em que as MPEs solicitam empréstimos. Observa-se, de maneira geral, que bancos públicos e bancos privados apresentam as mesmas opiniões sobre os fatores facilitadores de crédito.

Surgiram também, durante as entrevistas, outros condicionantes que, na visão conjunta dos agentes bancários, ajudariam muito as MPEs no processo de obter financiamentos: maior tempo de abertura de conta, ou seja, clientes mais antigos e que já possuam um histórico junto aos bancos têm maiores chances de conseguir crédito. A SILVA, Mari Cristina Cordeiro da; SOPEÑA, Mauro Barcellos; DUTRA, Vanessa Rabelo. BARREIRAS DE ACESSO AO CRÉDITO: uma análise a partir da rede bancária em Santana do Livramento/RS. **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p.103-116, jan. 2017. Semestral.

apresentação de garantias e a aquisição simultânea de outro produto/serviço também são apresentadas como facilitadores, embora muito sutilmente.

Quando questionados sobre a principal dificuldade apresentada pelas MPEs locais na busca por crédito bancário, os gerentes responderam que contas novas (com data de abertura inferior a 01 ano), falta de profissionalismo, alto grau de informalidade, desorganização e desconhecimento financeiro do próprio negócio são as principais barreiras que impedem o acesso ao crédito para as MPEs.

5 CONCLUSÕES

A existência de ações nesta área parece escassa, o que representa uma preocupação crescente em termos de crédito. Importa apontar que o tema aqui analisado impacta, igualmente, o fator desenvolvimento econômico e inflacionário. A questão também é preocupante para o mundo empresarial, uma vez que as dificuldades de acesso ao crédito contribuem para a estagnação econômica e até o encerramento das atividades de muitas empresas. Nesta linha, o presente estudo objetivou identificar, na cidade de Sant'Ana do Livramento, que tipos de barreiras as MPEs enfrentam ao buscar crédito na rede bancária. Ao longo do trabalho e depois de concluída a fase das entrevistas, observou-se que os principais entraves de acesso ao crédito são similares em todas as agências bancárias. Similares também são as modalidades de crédito existentes, ocorrendo algumas variações em prazos e taxas. Um aspecto que se destaca na rede pública principalmente é a oferta de linhas específicas de financiamentos com recursos provenientes de programas do governo federal.

O presente trabalho optou pela utilização de referencial teórico voltado principalmente para a área de finanças, especificamente a Administração financeira, considerando o papel do administrador financeiro e sua tarefa primordial de decidir quais as melhores opções para a empresa em que atua em termos de captação de recursos de terceiros. Em função dos resultados obtidos nesta pesquisa, pode-se concluir que a rede bancária oferece várias opções de crédito com diferentes finalidades e que possui recursos específicos a disposição das MPEs. A principal dificuldade encontrada, entretanto, não é a burocracia nem a taxa de juros praticada pelos bancos, mas uma série de fatores (falta de profissionalismo, informalidade, desorganização, etc.) que juntos traduzem a falta de conhecimentos financeiros dos micros e pequenos empresários.

A administração do capital de giro implica em uma sequência contínua de decisões voltadas para a preservação da liquidez, mas que também interferem na

rentabilidade das empresas. Em função dos resultados obtidos, constatou-se o inverso nesta pesquisa. Nota-se que as MPEs locais possuem várias limitações e ainda são administradas de forma amadora, onde muitas decisões são tomadas equivocadamente, intensificando as necessidades de recursos para financiar o giro das suas operações. Emerge deste cenário a necessidade e a importância de um administrador financeiro que com técnicas e ferramentas apropriadas de gestão, minimize barreiras ao crédito, garantindo, em boa parte, a saúde financeira da empresa e sua perenidade.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. Monografia no curso de Administração. São Paulo: Atlas, 2004.

BRAGA, Roberto. Fundamentos e técnicas de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006. Institui estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte, dispendo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos artigos 170 e 179 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/QUADRO/2006.htm> Acesso em 01 out.2010, 12:04:54

BULGACOV, Sergio. Manual de Gestão Empresarial. São Paulo: Atlas, 2006.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação – 2. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOJI, Masakazu. Administração Financeira na Prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE Cidades. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>

Ministério do trabalho e emprego. M.T.E. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED – lei 4.923/65. Síntese do comportamento do mercado de trabalho formal. Brasil – julho de 2010. Disponível em < <http://www.mte.gov.br/caged/2010>. > Acesso em 13 set.2010.

KEYNES, J.M. (1936) The General Theory of Employment, Interest and Money. Londres: McMillan.

SILVA, Mari Cristina Cordeiro da; SOPEÑA, Mauro Barcellos; DUTRA, Vanessa Rabelo. BARREIRAS DE ACESSO AO CRÉDITO: uma análise a partir da rede bancária em Santana do Livramento/RS. **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p.103-116, jan. 2017. Semestral.

MEGLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco Aurélio. Administração financeira: uma abordagem brasileira. Pearson Prentice Hall, 2009.

NETO, Alexandre Assaf; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Administração do Capital de Giro. São Paulo: Atlas, 2009.

OPLER, T., Pinkowitz, L., STULZ, R., & WILLIAMSON, R. (1999). The determinants and implications of corporate. *Journal of Financial Economics*, 52, pp. 3-46.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Introdução à Administração Financeira. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. Administração Financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2005.

SEBRAE (RS). Agência Sebrae de Notícias. **Ações do programa "Abri minha empresa, e agora?"**. Disponível em: <www.sebrae-rs.com.br>. Acesso em: 01 julho. 2012.